

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 18 de agosto de 2025 às 07h49*  
*Seleção de Notícias*

## O Globo | BR

Marco regulatório | INPI

**Mais genéricos** ..... **3**  
ECONOMIA

Pirataria

**Queixas comerciais dos EUA seriam negociáveis** ..... **6**  
ECONOMIA

## G1 - Globo | BR

16 de agosto de 2025 | Propriedade Intelectual

**Tarifaço: futuro da relação comercial com os EUA passa pelo julgamento da Seção 301; entenda** **9**  
ECONOMIA E NEGÓCIOS | FILIPE MATOSO | MARIANA ASSIS

## Mais genéricos

ECONOMIA



Faltam 20 entregas para jato da Airbus se tornar o avião comercial mais vendido

Vencimento de patentes de mil medicamentos estimula investimentos na indústria.

A indústria farmacêutica brasileira amplia investimentos para aproveitar uma janela de oportunidade nos próximos cinco anos para expandir a produção de genéricos e similares. Até 2030, vão prescrever cerca de 1,5 mil patentes de princípios ativos e processos industriais relativos a 1 mil medicamentos, permitindo a produção de versões ao menos 35% mais baratas. São remédios para 186 doenças, incluindo câncer e diabetes, além de antibióticos, analgésicos e anti-inflamatórios.

O potencial para a indústria é enorme: aumentar em 20% o total de genéricos comercializados no país. Hoje são 4,6 mil. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina (Abifina). As patentes mapeadas pertencem a 400 farmacêuticas, a maioria americanas e europeias, como AstraZeneca, Novartis, Takeda, Janssen e Pfizer.

As empresas que atuam no Brasil e o governo mapeiam substâncias estratégicas que devem entrar em domínio público para direcionar investimentos em pesquisa, fábricas e cadeias logísticas para produzir os genéricos assim que cair a proteção dos direitos

dos medicamentos de referência.

O aumento da busca por crédito no BNDES e na **Finep**, tradicionais financiadores do setor, dá uma ideia dessa corrida. Entre 2023 e junho deste ano, o banco emprestou R\$ 7,8 bilhões para a indústria de saúde, a maior parte para farmacêuticas, alta de 72% em relação aos quatro anos anteriores. Se somados os recursos da **Finep**, focada em pesquisa e inovação, o montante chega a R\$ 11,8 bilhões concedidos no âmbito do Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial do governo que tem o setor de fármacos entre os prioritários.

José Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, espera o mesmo patamar nos próximos anos:

- Boa parte disso é para o desenvolvimento de novos medicamentos, inovação, tecnologias e o que chamamos de plantas pioneiras, que não temos no Brasil, como as de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA). A demanda é constante.

Presidente executivo da Abifina, Andrey Vilas Boas de Freitas diz que o levantamento de patentes a vencer pode guiar o governo e as indústrias na avaliação do potencial de produção local, viabilidade econômica, exigências regulatórias e riscos de novos genéricos, aliviando o bolso do consumidor e o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que gasta R\$ 20 bilhões por ano com medicamentos. Algumas das drogas que poderão ter cópias são para o tratamento de câncer, de alto custo. E o alinhamento com as prioridades da saúde pública pode reduzir a dependência de remédios e IFAs importados.

- Há remédios de centenas de milhares de reais para o tratamento anual de um único indivíduo, totalmente importados. Se trabalharmos nos próximos anos absorvendo tecnologias e produzindo genéricos, será bom não só para a concorrência, mas para garantia de

acesso e redução de judicialização contra o SUS e planos de saúde - afirma Freitas

## MERCADO BILIONÁRIO

No Brasil, as patentes protegem os direitos econômicos de quem criou um medicamento por 20 anos, a partir do pedido ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**). Quando o prazo termina, outras empresas podem copiar substâncias já desenvolvidas e testadas. Com maior oferta e competição, o preço cai.

Pela lei, genéricos devem ser no mínimo 35% mais baratos que os de referência. No ano passado, esse mercado faturou R\$ 20,4 bilhões, 13,5% a mais que em 2023, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), com dados da consultoria IQVIA. Dos 20 medicamentos mais prescritos no Brasil, 15 são genéricos, e 85% dos itens do programa Farmácia Popular são da categoria.

Em nota, o Ministério da Saúde informou que já identificou entre as patentes que vão expirar moléculas como o eculizumabe, usado no tratamento da Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN), doença rara das células sanguíneas. Só esse remédio custa ao SUS R\$ 1 bilhão ao ano. A substância foi contemplada em recente parceria de Bahiafarma e Bionovis, anunciada pelo governo. A pasta espera uma economia entre 30% e 40% na compra de medicamentos "a partir de parcerias em curso".

Para Fernando Aith, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, o corte de custos do SUS com uso de genéricos tem impacto fiscal relevante:

- O Brasil é dos poucos países que, além do atendimento, dão remédio. Isso dá ao Estado enorme poder de compra, o que ajuda a reduzir preço.

O setor farmacêutico espera crescimento anual na casa dos 10% nos próximos anos, o que inclui o ganho

de escala nos genéricos, diz Reginaldo Arcuri, presidente-executivo do FarmaBrasil, que reúne fabricantes como Aché, Eurofarma, EMS, Libbs e Hypera.

## ESFORÇO ANTECIPADO

Para que um genérico chegue à farmácia assim que a patente expira, os investimentos começam anos antes, com pesquisadores das farmacêuticas estudando as moléculas e fazendo testes para licenciar a produção na Anvisa. No Aché, um genérico avaliado como viável começa a ser pesquisado até três anos antes do domínio público, diz o diretor-presidente, José Vicente Marino.

Para surfar essa nova onda dos genéricos, o Aché começou a expansão da fábrica em Cabo de Santo Agostinho (PE), da unidade de antibióticos de Anápolis (GO) e da principal base, em Guarulhos (SP), onde expande laboratórios de alta potência para medicamentos oncológicos e antibióticos. São R\$ 500 milhões previstos até 2027.

- Dedicamos cerca de 6% da receita líquida (R\$ 70 milhões no 1º trimestre) a projetos de inovação. Atualmente, são 250 iniciativas. Em 2025, lançaremos 54 produtos, um recorde, incluindo produtos próprios, importados, similares e genéricos - diz Marino.

Na Cimed, o foco são remédios voltados para diabetes, doenças cardíacas e males do sistema nervoso, como ansiedade e depressão. A empresa investiu R\$ 200 milhões só neste ano na divisão de genéricos. O plano é levar cinco novos ao mercado por ano, diz Fausto Lourenção, diretor de Medicamentos da empresa:

- A ampliação de centros de distribuição é prioridade, considerando o ganho de escala recente e o que se aproxima.

Peter Lay, diretor de Novos Negócios do Teuto, con-

Continuação: Mais genéricos

ta que o laboratório tem 80 produtos à espera de liberação da Anvisa. Por ano, são 30 novos pedidos. Sem detalhar valores, ele prevê investimentos em remédios para males cardiovasculares e nas canetas à base de semaglutida. Na Medley, são R\$ 30 milhões por ano em estudos com foco em remédios para sistema nervoso, cardiologia, gastroenterologia e dor. A empresa aplicou R\$ 120 milhões em aumento de capacidade produtiva em três anos.

Empresa tenta adiar o domínio público do Ozempic

No sucesso das canetas à base de semaglutida - voltadas para o tratamento de diabetes tipo 2, mas campeãs de vendas por seus efeitos emagrecedores -, farmacêuticas brasileiras acompanham com expectativa a previsão de que o princípio ativo também entre em domínio público, abrindo caminho para genéricos e similares. A patente, da Novo Nordisk, sob os selos Ozempic e Wegovy, cai em 20 de março de 2026, mas o laboratório dinamarquês aguarda o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidir sobre seu pedido de extensão da proteção no Brasil.

A farmacêutica se queixa de que o **INPI** levou 13 anos para analisar a **patente**, o que permitiu o uso pleno do registro por apenas sete dos 20 anos previstos. O pedido foi negado em primeira e segunda instâncias. Em 2023, o STJ manteve o entendimento mas, em abril deste ano, um novo recurso foi feito e aguarda julgamento.

DECISÃO DEVE IR AO STF

Sócio do escritório Pinheiro Neto, José Mauro Ma-

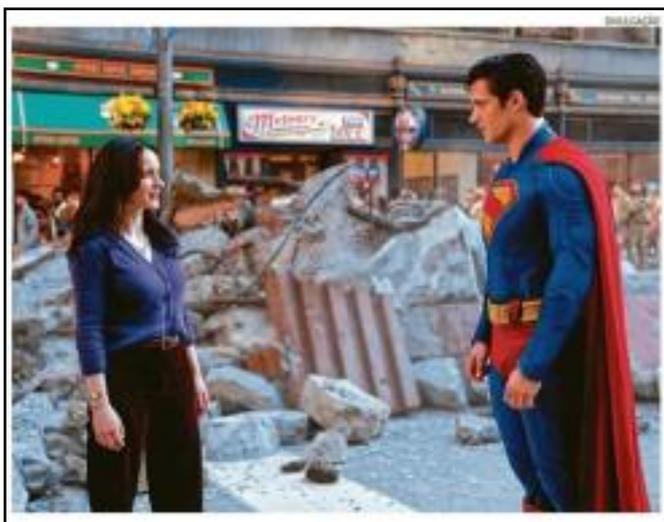
chado explica que, pela Lei de Propriedade Industrial, a patente começa a valer a partir da apresentação do pedido ao **INPI**, mas um artigo da legislação previa possível extensão se houver demora na concessão para que o direito vigore por no mínimo dez anos após o deferimento. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o artigo é inconstitucional. Para outros setores, o entendimento passou a valer a partir dali. Já para as farmacêuticas, a decisão foi retroativa e definida pelo interesse público dos medicamentos.

A Novo Nordisk argumenta que não seria justo ter um direito adquirido afetado por decisão posterior. A tendência, avalia Machado, é que a discussão volte ao STF, o que poderia gerar uma tese pioneira:

- A empresa insiste que em países como os EUA há mecanismos de ajuste na validade da patente quando há atraso na concessão. No Brasil, isso não existe, embora já tenha sido discutido. É uma tese interessante, pois envolve o argumento da insegurança jurídica, já que os investimentos foram feitos contando com previsão de extensão da validade. A demora na análise de pedidos é um problema crônico do **INPI** e preocupa o setor farmacêutico, que articula no Congresso a aprovação de autonomia financeira ao órgão. O projeto está em análise no Senado. Para Reginaldo Arcuri, do FarmaBrasil, isso melhoraria a chance de o **INPI** alcançar a meta do Nova Indústria Brasil (NIB) de baixar de 4,4 para dois anos o tempo médio de análise de patentes farmacêuticas.

## Queixas comerciais dos EUA seriam negociáveis

ECONOMIA



**Lista** extensa do governo Trump vai de etanol a filmes, mas indica que há espaço para acordos específicos de interesse econômico num diálogo sem envolver Bolsonaro. Enquanto isso, Alckmin pede rapidez do Congresso para aprovar pacote Mesmo com negociações praticamente travadas com o governo Lula, a Casa Branca já indicou quais demandas comerciais levariam à mesa numa eventual abertura de diálogo com o Brasil sobre o tarifaço imposto por Donald Trump aos produtos brasileiros que entram na maior economia do mundo. A lista de reclamações americanas é extensa e vai de etanol à distribuição de

filmes no país. O governo Lula já deixou claro que qualquer negociação não tratará do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, apontado por seu aliado Trump como principal motivo de a taxaço do Brasil ter subido de 10% para 50%. Mas importantes queixas comerciais de interesse americano poderiam, sim, ser negociadas. Enquanto o diálogo não vem, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, fez um apelo ontem ao Congresso para que aprove logo a medida provisória do pacote de ajuda a exportadoras brasileiras atingidas pelo tarifaço e um projeto de lei que autoriza gasto de R\$ 9,5 bilhões fora da meta fiscal. - O Legislativo tem um papel importante a cumprir, que é dar resposta rápida - disse Alckmin, em visita a uma concessionária de automóveis em Brasília, repetindo críticas à atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) junto à Casa Branca.

- Primeiro, lamentar que maus brasileiros trabalhem contra o interesse do país e, aliás, de maneira injusta. Em relação à tarifa, 74% dos produtos vendidos pelos EUA ao Brasil não têm imposto, é zero, e a média tarifária é 2,7%. Não tem parceiro melhor. Ele reiterou que o Brasil vai insistir na negociação com os EUA. Questionado se há conversa marcada, respondeu: - Aguardem. Antes de o presidente dos EUA aplicar o tarifaço alegando razões políticas (ainda que com uma lista de quase 700 exceções), o governo brasileiro tinha melhores condições de interlocução. Um relatório do Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) era visto como um guia para eventual negociação. Embora Geraldo Alckmin insista que a taxaço média de produtos americanos aqui é baixa (além do fato de os EUA serem superavitários no comércio bilateral), o documento aponta tarifas relativamente altas no Brasil sobre importações em vários setores importantes, como automóveis, autopeças, tecnologia da informação, eletrônicos, químicos, plásticos, máquinas industriais, aço, têxteis e vestuário. Washington já indicou que quer do Brasil a redução da tarifa de importação do etanol aqui, hoje de 18%.

Continuação: Queixas comerciais dos EUA seriam negociáveis



Reclama da cobrança de 19,5% de IPI sobre bebidas alcoólicas, como uísque americano, enquanto cachaça brasileira paga menos (16,25%), e da burocracia para ingresso de vinhos. Maior abertura para esses bens poderia entrar num acordo. Nem mesmo os campeões de bilheteria americanos escaparam das queixas. Os EUA consideram excessivamente alta a cobrança de tributos sobre produções cinematográficas estrangeiras exibidas no Brasil e querem mais espaço na TV. Outra queixa é a dificuldade dos EUA de vender carne suína para o Brasil, apesar de um acordo firmado em 2019. **DEMANDAS VAGAS** Com experiência em negociações comerciais, o embaixador José Alfredo Graça Lima, hoje vice-presidente do conselho do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), vê com surpresa que concessões dessa natureza já não tivessem sido postas nas conversas antes da sobretaxa de 50%:- Algumas demandas fazem sentido, do ponto de vista das nossas obrigações multilaterais e da própria eficiência da economia.

Outras não, ou estão muito vagamente relacionadas ao comércio. Os EUA também querem mais acesso a compras governamentais e ao mercado de usados, como pneus e equipamentos médicos. Produtores americanos de calçados e roupas se queixam de falta de transparência de regras. O governo Trump também

reclama dos requisitos da Anatel para a importação de produtos de telecomunicações. Poderiam ser negociados temas relacionados a satélites, proteção de dados e registro de patentes de medicamentos, que os EUA consideram muito demorado no Brasil. A Casa Branca também indicou interesse em minerais críticos e estratégicos do país, como lítio, cobre, nióbio, cobalto e terras-raras. Professor de História Americana e Estudos Globais na Temple University, na Filadélfia, Lucas Martins destaca que a China transformou seu domínio sobre minérios raros em um trunfo nas negociações com os EUA e avalia que o Brasil pode fazer algo parecido:- Uma estratégia eficaz deve considerar o conjunto de ativos nacionais capazes de gerar empregos e investimentos relevantes nos EUA, utilizando-os como instrumentos de negociação.

Contudo, diante da resistência de Trump a pleitos brasileiros, Brasília vai ter de necessariamente ceder em vários pontos para tentar obter algo significativo dos EUA. **DESMATAMENTO** Amanhã, o Brasil encaminha a Washington um relatório para evitar novas punições por "práticas desleais de comércio", com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.- Trump está colocando o Brasil para sangrar - define o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, para quem os EUA não buscam um acordo justo. Sergio Leitão, diretor do Instituto Escolhas, acredita que a questão do desmatamento - citada pelas autoridades americanas a despeito do desinteresse de Trump por causas ambientais - pode ser usada pela Casa Branca para justificar o tarifaço na Justiça dos EUA:- Objeto de investigação, o desmatamento pode servir, sim, como motivação legal para justificar o tarifaço, que poderá ser contestado na Justiça americana - diz Leitão. O decreto do tarifaço insinua que o Pix é contra empresas de cartões dos EUA e cita até o "alto índice de pirataria" na Rua 25 de março, em São Pau-

Continuação: Queixas comerciais dos EUA seriam negociáveis

lo.

Para Carla Beni, professora da FGV, são acusações superficiais que evidenciam a politização e dificultam o diálogo. (Colaborou Geralda Doca)

# Tarifaço: futuro da relação comercial com os EUA passa pelo julgamento da Seção 301; entenda

*ECONOMIA E NEGÓCIOS*



Estados Unidos alegam que práticas 'desleais' brasileiras estariam prejudicando 'empresas, trabalhadores, agricultores e inovadores tecnológicos dos EUA'.

O futuro das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, já impactadas pelo tarifaço do presidente Donald Trump, vai depender dos desdobramentos do julgamento da Seção 301, mecanismo usado pelos EUA para adotar medidas unilaterais contra o que consideram práticas comerciais desleais.

O Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) iniciou uma investigação comercial contra o Brasil a pedido do presidente Donald Trump, sob alegação de que o país comete "práticas comerciais desleais". O anúncio foi feito em um documento oficial divulgado em 15 de julho.

A medida norte-americana foi tomada com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 - legislação que prevê a investigação de práticas estrangeiras desleais que impactam o comércio americano. O julgamento ocorrerá nos EUA.

Alguns dos alvos da investigação são o PIX, tarifas chamadas de injustas e preferenciais, aplicação de

medidas anticorrupção, proteção da **propriedade** intelectual e a comercialização do etanol brasileiro. Os Estados Unidos alegam que essas supostas práticas desleais estariam prejudicando "empresas, trabalhadores, agricultores e inovadores tecnológicos dos EUA".

Caso a investigação conclua que o Brasil comete práticas desleais, os Estados Unidos podem aplicar mais tarifas, suspender benefícios comerciais, dentre outras retaliações. Mas, se não for identificada nenhuma irregularidade, o governo norte-americano pode reduzir ou medidas retaliatórias.

Trump, ao aplicar o tarifaço, atacou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) para adequar redes sociais norte-americanas às leis brasileiras e o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. Isso foi visto pelo governo brasileiro como chantagem.

Gerson Camarotti: Trump escala crise com Brasil

Negociações x via judicial Segundo o embaixador aposentado José Alfredo Graça Lima, a busca pelo entendimento sobre a elevação da alíquota à 50% sobre as exportações brasileiras pode ser dividida em duas etapas.

Uma era a negociação, que não alcançou o resultado esperado pelo Brasil:

"Aquela em que parecia ver uma janela de oportunidade, de acordo com a própria carta, de 9 de julho, parágrafos finais que apontavam para a possibilidade de reverter, minimizar o dano. Parecia que havia como, com todos os outros países, uma possibilidade de entendimento através de concessões por parte, no caso do Brasil, para que a redução se efetuassem. Isso não aconteceu", contextualiza. Para ele, quando a Em-

Continuação: Tarifaço: futuro da relação comercial com os EUA passa pelo julgamento da Seção 301; entenda

braer e outros setores foram excluídos da tarifa, para evitar prejuízos para os Estados Unidos, ficou nítida a prevalência da "lógica econômica comercial".

Por isso, a etapa restante é a via judicial.

"Agora, a partir do momento em que a parte norte-americana decide abrir uma investigação sobre a seção 301, fica claro essa divisão que eu estava me referindo. Você tem uma etapa em que nada foi, nada terá sido pedido ao Brasil e, agora, uma etapa nova, sobretudo, a partir das audiências públicas de setembro, uma demanda por parte dos Estados Unidos", acrescenta.

Estratégia do BrasilAo g1, o Itamaraty informou que coordena com demais áreas do governo uma manifestação escrita "robusta".

"Para isso, foi criada uma força-tarefa composta por servidores com ampla experiência nos temas envolvidos que, em articulação com os órgãos competentes da Esplanada, têm elaborado os comentários do governo brasileiro, atualmente em estágio avançado de preparação", explicam.

Para o conselheiro consultivo internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Hussein Kalout, a resposta do Brasil não é "pro forma", tem "peso" e deve apresentar os argumentos técnicos contra o tarifaço.

Segundo Kalout, os três produtos mais exportados pelos EUA para o Brasil entram sem taxaço, o que por si só já rebate o argumento americano.

Ex-secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência, Hussein Kalout diz que Lula deve manter a posição de não aceitar discutir a situação jurídica do ex-presidente Jair Bolsonaro, uma vez que seria até inconstitucional o petista tentar interferir no Supremo Tribunal Federal (STF).

Brasil 'não vai desistir'Em uma rede social, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que o Brasil "não vai desistir de negociar" com os Estados Unidos.

O Itamaraty acrescentou ainda que o país "é bom em cultivar amizades".

Nos bastidores, diplomatas dizem que, apesar das conversas entre integrantes dos dois governos, as negociações não avançam. Avaliam que, até agora, Donald Trump não deu aval a nenhum assessor direto para que negocie de fato as tarifas. Dizem os diplomatas, de forma reservada, que o governo americano tem agido com "truculência".

"Trump não quer negociar, quer impor a sua vontade. [ ] Ele ignora os fatos deliberadamente", desabafou um diplomata a par das conversas com emissários do presidente americano.

Esse diplomata acrescentou ainda ver a investigação aberta pelos EUA como "mais um instrumento de pressão econômica" contra o Brasil.

Segundo ele, essa pressão tem sido demonstrada na "seletividade" das tarifas americanas, buscando penalizar países comandados por presidentes que "não se curvam" a Trump e beneficiando países alinhados ao presidente americano.

Na avaliação do embaixador Graça Lima, "se houve alguma tentativa de negociação ela se esgotou naquele período, até a entrada em vigor do tarifaço, de modo que a partir daí, enfim, não vejo nenhum tema que possa ser objeto de discussão sobretudo, negociação", diz. "O processo hoje está definido pela investigação sobre a Seção 301", conclui.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
3

**Patentes**  
3, 6

**Entidades**  
3

**Pirataria**  
6

**Propriedade Intelectual**  
9